



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 28 / 2019

TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 28/2019,
CELEBRADO ENTRE A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO
DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO
GROSSO DO SUL, E O **MUNICÍPIO DE**
ITAPORÃ/MS, VISANDO A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO EM APOIO AO
FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, inscrito no CPNJ/MF n.º 03.883.929/0001-02, com sede à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, n.º 23, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, neste ato representado por seu Presidente, o Desembargador **JOÃO MARIA LÓS**, portador do RG n.º 885.584 SSP/PR, CPF n.º 198.981.429-87, doravante designado simplesmente **TRE/MS** e o **MUNICÍPIO DE ITAPORÃ/MS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Duque de Caxias, 250, Bairro Centro, em Itaporã/MS, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.156.999/0001-50, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **MARCOS ANTÔNIO PACCO**, inscrito no CPF/MF n.º 139.306.801-49, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, têm entre si justo e avençado, em esforço estratégico e conjunto, visando à incorporação de dados biométricos e revisão do eleitorado, resolvem celebrar o presente **Termo de Cooperação**, em consonância ao disposto na Resolução TSE n.º 23.440/15, especialmente o disposto em seu artigo 12, § 1º, com fundamento também no parágrafo único do art. 72 e inciso III do art. 92, ambos da Lei n.º 7.444/85, bem como das Resoluções TRE/MS n.º 580/2016 e 651/2019, do Provimento CRE/MS n.º 5/2019 e do Provimento CGE/TSE n.º 3/2019, observando-se, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

1.1 – O presente Termo de Cooperação tem por objeto o acordo entre o **MUNICÍPIO** e o **TRE/MS**, para a prestação de serviços de interesse público para viabilizar a execução do Programa Biometria, da Justiça Eleitoral, com a revisão de eleitorado no município de **ITAPORÃ/MS**, mediante a coleta de dados biométricos, a fim de ser mobilizado maior número possível de cidadãos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO

2.1 – O **MUNICÍPIO** se compromete a ceder recursos humanos, contratação de carro de som, máquina fotocopadora, serviço de limpeza e asseio diário do espaço cedido para atendimento *in loco* à

população itaporense e a promover a divulgação dos trabalhos de recadastramento biométrica, de forma a auxiliar a Justiça Eleitoral na prestação dos serviços à população.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 – O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Quanto à cessão de pessoal de apoio ao recadastramento:

a) **ceder 15 (quinze) colaboradores** (dentre servidores efetivos, comissionados, contratados e/ou estagiários), para a execução dos trabalhos, devendo indicar previamente ao Cartório Eleitoral a relação com os nomes dos agentes que desempenharão as atividades relacionadas à biometria, os quais deverão apresentar-se a partir do dia 24.07.2019, para receber treinamento no local de atendimento eleitoral em **Itaporã**. A cedência abrangerá o período compreendido entre 24.07.2019 a 31.03.2020, e o perfil do colaborador deverá atender aos requisitos mínimos para operacionalização do atendimento eleitoral, como conhecimentos básicos de microinformática e capacidade de atendimento ao público;

b) os colaboradores indicados não poderão ter vínculo com partidos políticos, nem incidir em quaisquer outras vedações inerentes aos servidores vinculados à Justiça Eleitoral;

c) determinar aos seus colaboradores, conforme o caso, a obediência às normas e regras internas da Justiça Eleitoral relacionadas aos normativos, procedimentos e horários;

d) proceder, quando necessário, à substituição do colaborador que estiver impossibilitado de comparecer ao posto de trabalho;

e) manter os direitos e vantagens inerentes aos cargos dos servidores e/ou demais colaboradores disponibilizados;

II - Quanto à divulgação nas vias de comunicação:

a) fazer divulgação em mídias sociais, em quadros internos (mural) da sede do Poder Executivo Municipal e outros prédios públicos, sobre a necessidade e importância do recadastramento eleitoral, mediante a coleta de dados biométricos, convocando os munícipes em mora a dirigirem-se à unidade de atendimento da Justiça Eleitoral;

b) realizar a contratação de 120 (cento e vinte) horas de divulgação de carro de som, para amplo conhecimento dos procedimentos revisionais pela população local, em especial nos bairros mais periféricos em relação ao centro urbano, mormente quando o não comparecimento acarretará no cancelamento da inscrição eleitoral dos ausentes;

c) confeccionar 30 (trinta) camisetas serigrafadas, para padronização de vestimentas a todos os colaboradores envolvidos nos procedimentos revisionais;

III - Quanto à **infraestrutura** em apoio ao recadastramento:

a) ceder, durante o período de vigência do presente Termo, 1 (uma) máquina fotocopadora de porte médio ou grande, com *tonners* reservas, para otimizar a extração de cópia de documentos dos eleitores e/ou impressão de expedientes que se fizerem necessários ao atendimento revisional, permitindo maior agilidade nos trabalhos e menor tempo de espera aos munícipes.

b) fornecer *link* de comunicação para a Justiça Eleitoral, com mínimo de 2 Mb/s de velocidade, assim como *link* de dados de contingência (*backup*), no local designado para atendimento eleitoral, formalizado sob Termo de Cessão de Uso Gratuito n.º 04/2019.

c) fornecer utensílios e material de limpeza, assim como colaboradora responsável pelo asseio e limpeza diária do ambiente cedido para a revisão de eleitorado, bem como do banheiro localizado no imóvel;

d) fornecer tenda piramidal, com tamanho de 5m x 5m, para abrigo aos eleitores que aguardam atendimento em fila;

IV - Quanto à **disponibilização de transporte gratuito** aos munícipes:

a) promover o transporte gratuito aos munícipes que residem em localidades de difícil acesso, a ser oportunizado após exaustiva divulgação midiática e livre ingresso, mediante utilização de frota coletiva de propriedade ou à serviço do Executivo Municipal, conforme cronograma e percursos a serem elaborados pelas serventias eleitorais, com estimativa de **2.733 (dois mil setecentos e trinta e três) eleitores** votantes em locais de votação situações fora do perímetro urbano;

3.2 - O TRE/MS, obriga-se a:

a) fornecer todos os equipamentos e mobiliários necessários à montagem da infraestrutura de atendimento biométrico ao eleitor;

b) fiscalizar os serviços da presente avença e acionar o **MUNICÍPIO** para a correção de eventuais falhas ou irregularidades cometidas em sua execução;

c) fornecer o material de expediente necessário ao recadastramento biométrico de eleitores;

d) coordenar e supervisionar o pessoal que executará as atividades relacionadas à atualização do cadastro eleitoral, mediante incorporação de dados biométricos nos serviços ordinários ou de revisão.

PARÁGRAFO ÚNICO – A execução e a fiscalização do presente ACORDO caberão aos responsáveis designados por cada um dos signatários, os quais terão poderes para praticar quaisquer atos necessários à fiel execução do ACORDO e do Plano de Trabalho anexo, dando ciência das providências adotadas à autoridade administrativa competente.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 – O presente ACORDO é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os PARTÍCIPES. Em sua execução, este Termo de Cooperação será operacionalizado sem ônus para a Justiça Eleitoral, com exceção daquele decorrente do fornecimento de material de expediente e preparação da infraestrutura de informática que ficará a cargo do TRE/MS, cabendo ao MUNICÍPIO a cedência temporária de recursos humanos, auxílio logístico e de divulgação.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 – O extrato do presente Termo será publicado de acordo com a forma usual de publicidade dos atos do MUNICÍPIO, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, ficando esta última a cargo do TRE/MS.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – Este Termo de Cooperação terá vigência a partir de sua assinatura, com termo final em **31.03.2020**, data prevista para a devolução dos colaboradores disponibilizados para os trabalhos revisionais;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

7.1 – Este Termo de Cooperação poderá, mediante assentimento das partes, ser alterado por meio de Termo Aditivo ou denunciado pelos interessados, de forma isolada ou conjunta, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações e atribuições previstas legal e constitucionalmente para cada um deles.

PARÁGRAFO ÚNICO – A eventual denúncia deste Termo não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos, devendo as atividades já iniciadas serem finalizadas com a mesma forma de

divulgação com o fito de resguardar o direito dos munícipes à informação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 – Todas as comunicações ao presente serão efetuadas por escrito, com a devida comprovação. As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste Termo de Cooperação que requeiram formalização jurídica para a sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução e demais requisitos definidos em instrumento legal pertinente acordado entre os PARTÍCIPES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente ACORDO poderá ser divulgado por qualquer dos PARTÍCIPES, em conjunto ou isoladamente, devendo ser destacada, igualmente, as participações de cada um, sendo vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimento entre os PARTÍCIPES, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Campo Grande/MS, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, por estarem ajustados, os PARTÍCIPES assinam o presente ACORDO, cujo original ficará arquivado no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e na Prefeitura Municipal de **Itaporã/MS**.

Itaporã/MS, 5 de julho de 2019.

Desembargador JOÃO MARIA LÓS
Presidente do TRE/MS

Desembargador DIVONCIR SCHREINER MARAN
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE/MS

MARCOS ANTÔNIO PACCO
Prefeito Municipal de Itaporã/MS

Testemunhas:

Eduardo Haruo Braga Nagata

CPF 997.492.201-10

Hardy Waldschmidt

CPF 352.902.001-00

TRE/MS E PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

ANEXO – PLANO DE TRABALHO

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL (IS)	PRAZO
Incrementar a divulgação sobre a revisão de eleitorado com biometria nos meios de comunicação.	Assessoria de Comunicação do TRE/MS e da Prefeitura Municipal.	Atividade contínua até 27.03.2020.
Realizar a contratação de 120 (cento e vinte) horas de divulgação de carro de som, conforme roteiro e horários a serem estabelecidos pela Justiça Eleitoral.	Prefeitura Municipal	Atividade contínua até 27.03.2020.
Confeccionar 30 (trinta) camisetas, serigrafadas, para padronização das vestimentas dos colaboradores envolvidos na revisão	Prefeitura Municipal	Até 24.07.2019.
Ceder 1 (uma) máquinas fotocopadora, com tonners reservas.	Prefeitura Municipal	Cedência entre o período de 12.07.2019 a 31.03.2020.
Disponibilizar transporte gratuito aos munícipes.	Prefeitura Municipal	Atividade contínua até 27.03.2020.
Fornecer tenda piramidal, para abrigo aos eleitores que aguardam atendimento	Prefeitura Municipal	Atividade contínua até 27.03.2020.
Ceder 15 (quinze) colaboradores para apoio à revisão eleitoral	Prefeitura Municipal	Cedência entre o

com biometria		período de 24.07.2019 a 31.03.2020.
Prover infraestrutura física e de rede de dados.	Prefeitura Municipal	Atividade contínua até 19.12.2019
Prover serviço de limpeza e asseio diário no local de atendimento, assim como dos banheiros disponibilizados ao público.	Prefeitura Municipal	Atividade contínua até 19.12.2019.
Prover infraestrutura mobiliária e física.	TRE/MS.	Atividade contínua até 27.03.2020.
Prover os microcomputadores e kits de coleta biométrica, bem como fornecer treinamento de como operá-los.	TRE/MS.	Atividade contínua até 27.03.2020.
Fornecer os equipamentos, material gráfico de divulgação e material de expediente necessário à execução do serviço.	TRE/MS.	Atividade contínua até 31.03.2020.
Fiscalizar e gerir as ações do presente acordo	TRE/MS: Rosimeire da Silva Colhado e Lucimar Romero PREFEITURA: Amarildo Donizete Machado e Nilson dos Santos Pedroso	Atividade contínua até 31.03.2020.

Campo Grande - MS, 05 de julho de 2019



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antônio Paco**, **Usuário Externo**, em 16/07/2019, às 14:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DIVONCIR SCHREINER MARAN**, **Presidente em substituição**, em 17/07/2019, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0684010** e o código CRC **7B13CAB9**.